

Perspetivas Económicas e Orçamentais 2026-2030 (atualização)

Lisboa, 24 de setembro de 2026

O Conselho das Finanças Públicas (CFP) publica hoje a atualização das projeções em políticas invariantes.

A projeção macroeconómica aponta para um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 2,2% em 2026, uma revisão em alta face ao projetado em abril (1,6%), refletindo a resiliência da economia perante as tempestades atlânticas e o choque energético associado ao conflito no Médio Oriente e ao encerramento do Estreito de Ormuz, que provocou uma grave disrupção no abastecimento global de petróleo. O aumento do investimento público, estimado em cerca de 22,3% em termos nominais, associado ao termo do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), deverá contribuir para mitigar parcialmente o impacto dos choques externos.

O CFP projeta uma desaceleração do crescimento do PIB real para 1,8% em 2027, penalizado pelo menor contributo do PRR, seguido de uma convergência gradual para 1,6% em 2030.

Para a inflação, o CFP prevê um aumento no crescimento do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) de 3,2% em 2026, mais 0,3 p.p. do que o estimado em abril, principalmente devido à componente energética. Em 2027, a inflação deverá diminuir para 2,6%, a par da redução dos preços dos bens energéticos nos mercados internacionais e da dissipação do efeito de base associado à subida registada em 2026.

Para 2026, projeta-se um saldo orçamental de 0,2% do PIB – não considerando a medida anunciada de redução de IRS –, mantendo a perspetiva de um ligeiro excedente, conforme antecipado em abril. O impacto orçamental das medidas de resposta às tempestades e ao conflito militar no Irão, estimado em 0,3% do PIB, e a maior utilização de empréstimos do PRR, equivalente a 0,4% do PIB, contribuem para este menor excedente. Estas pressões deverão ser parcialmente compensadas por um crescimento robusto da receita de impostos indiretos, em particular do IVA. A partir de 2027, o saldo orçamental deverá regressar a uma situação deficitária (0,2% do PIB em 2027 e 0,5% do PIB em 2028), refletindo os efeitos permanentes das medidas de desagravamento fiscal em sede de IRS e IRC, bem como o aumento dos encargos com juros associado a custos de refinanciamento da dívida mais elevados. Os défices deverão agravar-se para 1,0% do PIB em 2029 e 1,7% do PIB em 2030, com mais de metade da deterioração anual nestes anos (1,2 p.p. do PIB) a ser explicada pelo investimento (0,5 p.p. do PIB), associado principalmente à aquisição de material militar financiado pelo programa SAFE e pelo aumento dos encargos com juros (0,2 p.p. do PIB).



O rácio da dívida deverá diminuir em 9,8 p.p. do PIB entre 2025 e 2030, atingindo os 79,8% do PIB nesse ano. Esta trajetória é explicada tanto pela manutenção de excedentes primários, ainda que decrescentes, como por um efeito dinâmico favorável, mas em progressiva redução, em resultado do agravamento dos juros e do menor efeito preço.

O CFP avalia o balanço de riscos como predominantemente descendente para a atividade económica e ascendente para a inflação. Neste contexto, há a destacar a elevada incerteza relativa à evolução dos preços, associada ao regresso às operações militares no Médio Oriente; a maior frequência e magnitude de fenómenos meteorológicos severos; a orientação da política monetária do BCE e as tensões no mercado global de dívida soberana, que poderão traduzir-se em condições de financiamento mais restritivas para os sectores público e privado.

Os riscos orçamentais têm efeitos predominantemente descendentes no saldo das administrações públicas, destacando-se a incerteza associada ao agravamento das tensões geopolíticas, que pode justificar medidas adicionais de apoio à economia e às famílias. Acresce o risco de desvios nos custos das medidas adotadas. Persistem ainda riscos ligados ao BES, a processos judiciais em curso e a responsabilidades contingentes.

Em sentido ascendente, a trajetória orçamental poderá beneficiar da receita fiscal associada à venda das barragens da EDP (335 M€), da Contribuição de Solidariedade Temporária sobre o Sector Petrolífero, de eventual apoio europeu na resposta às tempestades e de uma menor execução do investimento público financiado nacionalmente. Adicionalmente, a alienação parcial da TAP e da SATA Internacional e Handling, sem impacto no saldo orçamental, poderá contribuir para uma redução mais acentuada do rácio da dívida pública.

Assessoria de Comunicação: Helena Rua - 211 024 407 - 910 027 932 - helena.rua@cfp.pt